# EU DECIDO (?): DIÁLOGOS SOBRE O INICIO DA VIDA SEXUAL DAS/DOS JOVENS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

*Rocio del Pilar Bravo Shuña**

**RESUMO**

O presente trabalho de corte teórico-metodológico feminista pós-estrutural; teve como objetivo compreender como as/os jovens interlocutoras/es, com idades entre 16 e 19 anos, moradores dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca-PE, significam o início de sua vida sexual, em interseção com os marcadores sociais de gênero e geração. Este estudo estive articulado ao programa Diálogos para o Desenvolvimento social em Suape (Diálogos Suape) que buscou responder às perturbações/desigualdades nas condições de saúde e cidadania na sub-região de Suape, além de contribuir para o desenvolvimento e inovação em tecnologias de intervenção social através da implementação e analise da eficácia e da efetividade de um Programa de Promoção à Saúde. Desta forma, procurou-se refletir também sobre o método de pesquisa-intervenção utilizado, cujos instrumentos metodológicos, as rodas de conversa e o diário de campo, facilitaram o diálogo e a (re)construção de experiências em cada (des)encontro entre as pesquisadoras e as/os interlocutoras/es. Nestes diálogos observamos (des)igualdades, diferenças e agenciamentos que as/os jovens vivem e mobilizam no processo de iniciar sua vida sexual. Isto, dentro dos circuitos (des)integrados: família, escola, religião e posto de saúde, os quais muitas vezes dificultam a vivência da sexualidade delas/deles e o acesso a seus direitos sexuais e a seus direitos reprodutivos. Este é um panorama mais constrangedor para as mulheres e para os grupos LGBTTI. Por outro lado, consideramos que ter trabalhado a partir de uma perspectiva feminista pós-estrutural tenha facilitado as reflexões e os posicionamentos das/dos jovens como sujeitos responsáveis por sua sexualidade.

**Palavras-chave**: Juventude; feminismo; gênero; pesquisa-intervenção; direitos sexuais.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo apresento a experiência de uma pesquisa-intervenção de corte teórico-metodológica feminista pós-estrutural (PISCITELLI, 2004; HARAWAY, 2009,

BUTLER, 2012) surgida de um trabalho dissertativo[1] cuja temática compreende o inicio da vida sexual das/dos jovens moradores de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Usando como instrumento de intervenção as rodas de conversa.

Estes encontros, desenvolvidos entre maio e dezembro de 2013, contaram com 14 jovens interlocutores, sendo 09 mulheres e 05 homens, de 16 a 19 anos de idade, estudantes da 3º serie de ensino médio que também tinham participado do Curso de Mídias Móveis em julho de 2012. Neste curso, também foi aplicado um questionário a 70 participantes (37 mulheres e 33 homens), referido aos conhecimentos e atitudes das/dos jovens com respeito a sua sexualidade e cujos dados foram mote de discussão nas rodas de conversa.

O Curso de Mídias Móveis foi organizado pelo "Ação Juvenil", uma das sete ações do programa Diálogos para o desenvolvimento social de Suape – "Diálogos Suape", que tinha como objetivo capacitar um grupo de 114 jovens para a produção de mídias sociais de diálogo e de debate, através da construção de roteiros audiovisuais, captação de imagens e edição de vídeos.

O programa "Diálogos Suape" se configurou como uma grande pesquisa-intervenção que procurou minimizar os impactos sociais, produtos da aceleração industrial nesta sub-região, e refletir sobre as possibilidades de se atuar na promoção e prevenção da saúde, desde os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de governo, em sinergia com os diferentes setores da sociedade (empresas, trabalhadores e população em geral) do Estado (gestão e profissionais dos serviços) e da academia (universidade e outras instituições educativas). Foi considerado "guarda-chuva" por articular-se em sete ações: Conhecer o Território, Ação Juvenil, Caravana da Cidadania, Chá de Damas,

* Mestre em Psicologia, integrante da equipe de pesquisadores do grupo de pesquisa Lab-ESHU da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rociodelpilar.bravo@gmail.com.
[1] SHUÑA, Rocio del Pilar Bravo. Diálogos sobre sexualidade com as/os adolescentes/jovens de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca- PE. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFPE, Recife, 2014. Sob a orientação da Profª Dra. Karla Galvão Adrião, e recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Mulheres e Educação para Cidadania, Diálogos com os Homens das Empresas Terceirizadas e Observatório Suape.

Este estudo estive articulado com os objetivos de uma das ações deste programa: Ação Juvenil, que buscou formar e instrumentalizar às/aos jovens, residentes em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, enquanto lideranças e agentes multiplicadores de informações no âmbito da promoção dos direitos da criança e jovens e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. A perspectiva foi motivar a participação ativa em cada uma das ações do projeto, assim como oferecer às/aos jovens instrumentos teóricos sobre os temas-objeto do Programa "Diálogos Suape", possibilitando a construção coletiva de estratégias e tecnologias sociais para mobilização popular e comunitária, entre estas, a Caravana da Cidadania[2].

Desse modo, os diálogos apresentados à continuação são também o resultado desta ação; que para fins de este artigo foram organizados em duas temáticas: A primeira, diálogamos sobre o início da vida sexual das/dos jovens levantando também como inquerito as (des)igualdades de gênero e geração; e a segunda parte refere-se sobre algumas reflexões provindas do método de pesquisa utilizado. Buscando articular as experiências trazidas por nossas/os interlocutores com as produções relacionados com este tema.

## 1. Eu transei...

> Kelly[3]: Eu tinha 16 anos [quando teve relações sexuais] (17 anos, estudante).
>
> Aldo: Eu tinha 14 anos [...]

[2] A Caravana da Cidadania é uma linha de ação do projeto "Diálogos Suape" que objetiva contribuir para a formação continuada dos técnicos dos serviços da rede municipal de saúde, assistência e educação, bem como mobilizar a comunidade através de atividades lúdicas e de interação direta com a população. Nesta segunda ação, os materiais produzidos pelos/pelas jovens participantes da "Ação Juvenil" sobre os temas do projeto serão distribuídos e as/os adolescentes/jovens irão interagir com as comunidades, através de ações de intervenção.

[3] Todos os nomes das/dos jovens são fictícios e criados por elas/eles mesmos.

> Paloma: Mas você chegar e perguntar a uma menina de 23 anos se é virgem? E Ela dizer sim!... Meu Deus do céu! Eu acho que isso vai ser motivo de mangação! (17 anos, estudante).

Nas rodas, encontramos um grupo de jovens que afirmavam ter transado e esperavam que suas colegas também vivenciassem essa experiência, inclusive pela pressão do próprio coletivo. E outro grupo de jovens que acreditava no oposto:

> Eduarda: [...] Na igreja evangélica, a gente pensa nessa coisa de fazer sexo só depois do casamento [...] mas tem gente que não vai pela igreja não! Sabe? Faz o que quer! Mas eu vou pela igreja! [...]
>
> Lucas: [...] O sexo só depois do casamento porque a religião não permite! [...]
>
> Mariana: Eu acho que mesmo se casar amanhã e fazer sexo hoje tá errado!
>
> Isabela: Quando você é crente, o jovem que casa muito cedo é porque já quer transar...

Assim, nestas falas nossas/os interlocutoras/es justificam sua decisão de não transar não como um direito a escolha e mais como um medo ao pecado, o seguimento das normas que sua religião impõe. A religião converte-se em um mecanismo de controle das práticas sexuais de seus fiéis que, com a criação do pecado e, especificamente dos “pecados da carne”, implanta nas consciências de seus adeptos a “culpa”, o “arrependimento do pecador” os quais procuram nas orações (confissões) o perdão por ter transgredido as regras (PARKER, 1991; RIOS ET AL, 2008).

Por outro lado, a família constitui em parte desse circuito de controle, que procurar adiar a vivência da sexualidade das/dos jovens, em especial das mulheres como observamos na seguinte discussão:

> Rocio: Os pais dela souberam que já transou. Que poderia acontecer? (Entrevistadora)
>
> Lara: Eles a matariam! (17 anos, estudante)
>
> Kelly: O negocio fica serio!... (17 anos, estudante)

> Isabela: Botava eles pra se casar... (17 anos, estudante)
>
> Michael: Ela falaria assim - "mãe já transei!"- seria muito chocante... (19 anos, estudante)
>
> Samuel: no primeiro momento seria um espanto, mas depois, levar uma surra na menina não adianta nada, né? Não vai voltar o lacre [virgindade], né? (17 anos, estudante)

Desta forma, a mulher é punida por ter perdido o “lacre”, a “virgindade”, ter perdido o sinal de sua “pureza” frente aos perigos do sexo. Ela é até maltratada por transgredir a norma de abstinência e revelar que são sujeitos sexuados com uma carreira sexual em curso (HEILBORN, 1999).

A escola, também joga um papel importante no mecanismo heteronormativo, que procura eliminar qualquer tipo de manifestação sexual que fuga da regra sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, como acontece com jovens LGBTTI; vejamos os depoimentos de Eduarda e Samuel:

> Eduarda: [...] Em minha escola já teve um caso parecido! Só que com meninas, elas estavam começando a alisar, aí uma colega veio e gravou, pegou o vídeo e espalhou por toda a escola e os colegas da sala começaram a encher saco delas, a puxar as cadeiras, tratando mal, sabe? Aí elas saíram da escola[...]
>
> Lucas: [...] Uma vez encontraram dois amigos meus se beijando [...] chamaram seus pais ao conselho tutelar, no final, os dois saíram da escola [...]

Destarte, as etapas da vida impõem comportamentos de recato e cuidados sobre o sexo de acordo a idade e o gênero, promovendo o adiamento das práticas sexuais das mulheres mais novas, o instaurando a ideia do casamento heterossexual como a única via válida para subsanar o pecado.

Embora, observamos nos resultados do questionário aplicado no Curso de Mídias móveis que o 51% (14 mulheres e 27 homens) das/dos jovens já tinham transado, sendo as idades de 14 e 15 anos as mais referidas; idades também

encontradas em outros estudos relacionados com este tema (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004; PAIVA ET AL, 2008).

Algo que Stella Taquete e Marília Vilhena (2008) puseram em alerta, é o fato de que são cada vez mais as mulheres jovens que estão iniciando sua vida em idades mais próximas que dos homens, o que as torna a elas mais vulneráveis às DST/HIV, a uma gestação não planejada e/ao aborto. Mas será que o problema é "iniciar-se cedo"? Ou é não ter acesso a seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, não ter facilidades para saber e obter métodos contraceptivos e de proteção, o que os torna, elas e eles, vulneráveis? A esse respeito, nossas/os interlocutores manifestam a necessidade de receber informação na escola sobre métodos de cuidado e proteção:

> Mariana: Uma aula, que explique todos os métodos.
>
> Paloma e Aline: É!
>
> Aldo: Aí, na hora de praticar, vai sem saber como colocar [a camisinha], aí a camisinha estoura! E tudo mais!
>
> [Destaque nosso]

Percebe-se então que a orientação sexual proposta pelos PCN's como um tema transversal na escola e sua forma de execução nas escolas ainda não é sentida pelas/pelos alunas/os como aprendizagens úteis para seu cotidiano sexual. Altmann (2001) e Quadros e Menezes (2009) comentam que entre as razões pelas quais as/os professores não conseguem programar este tema de maneira transversal estão algumas razões: a ausência de uma formação específica e continuada, a falta de condições para efetivar este tema de forma interdisciplinar, o medo de ser criticado/a por estar "incentivando o sexo", entre outros motivos. Ao final, o tema é abordado a partir de um enfoque biológico, inserido geralmente dentro da área de ciências.

Mas, nem todas/os as/os jovens conhecem ou têm o costume de procurar os serviços de saúde para esclarecer dúvidas sobre sua sexualidade (PAIVA ET AL, 2008; TEIXEIRA et al., 2006), como vemos na fala de Mariana "[...] não é que uma pessoa chegue lá e peça isso?". O Aldo afirma que "eles estão preparados para dar orientação sexual [...]". Embora o próprio serviço apresente alguns entraves que podem intimidar a algumas/alguns jovens a não exigir este direito.

Como observamos, o início da vida sexual das/dos jovens desta pesquisa se apresenta marcado por desigualdades de gênero, geração e preceitos religiosos que dificultam tanto o acesso a seus direitos sexuais e direitos reprodutivos como a exigência deles. O que não quer dizer que elas/eles não procurem em seus territórios algumas linhas de fuga para desfrutar dos prazeres de sua sexualidade.

## 2. Pensando em direitos sexuais e direitos reprodutivos...

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, como parte dos direitos humanos, são inerentes à existência humana. Mas, estes direitos para as crianças e as/os jovens têm sido invadidos por uma atitude protecionista do Estado que, na busca por garanti-los termina limitando e criando uma condição de dependência (JOBIM; SOUZA, 2010). Assim, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos estão ainda impregnados de uma lógica do desenvolvimento, de manifestações conservadoras e moralistas, especialmente provenientes das religiões que acreditam que falar sobre sexualidade implicaria incitar práticas sexuais nas/nos jovens. Estes discursos podem atrasar o atendimento a estes direitos nos diferentes planos políticos, como o educativo e a saúde, além de naturalizar a condição de dependência e incapacidade sociopolítica para as/os adolescentes/jovens.

Observamos que o foco das políticas públicas ao atender os direitos sexuais e direitos reprodutivos está mais voltado a prevenir: uma gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e /ou violência sexual. Como indica Luis Felipe Rios ET AL (2002)

> [...] A emergência desses dois importantes fenômenos data do início da década de 1980, e ambos envolvem questões relacionadas a sexo duplamente seguro (em relação à AIDS e à gravidez), contracepção, concepções de sexualidade e relações de gênero, idade, instituições, recortes de classe, etnia e orientação sexual, entre outros. Se, por um lado, eles apontaram para uma necessidade de pesquisas e intervenções na área da sexualidade, levaram, por outro, ao incremento de uma abordagem da educação sexual que Arilha & Calazans (1998) chamaram de "preventivista". [...] Simone Monteiro argumenta que ela seria um modo bastante pretensioso de tentar dar conta da mudança comportamental, uma vez que está calcada na perspectiva de que o interventor sabe – e deve dizer para outro – o que é o melhor, na expectativa que o outro mude a sua forma de pensar e agir. [...] ela sugere que propostas de intervenção devem ser desenvolvidas não tanto em uma perspectiva normativa – o que predomina –, mas a partir do entendimento da lógica que rege o comportamento dos indivíduos e grupos [...]. (RIOS ET AL, 2002, p. 47-48)

A esse respeito, Sonia Correa e Rosalind Petchesky (1996) ressaltam a contínua vigilância e o debate feminista sobre a execução e a implantação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, no sentido de que estes sejam cada vez mais inclusivos.

> O objetivo é transformar o modelo liberal clássico dos direitos a fim de: (1) enfatizar a natureza social, não somente individual, dos direitos, deslocando o peso das obrigações correlativas da esfera do agenciamento individuais para o plano da responsabilidade pública; (2) reconhecer os contextos comunitários relacionais nos quais os indivíduos agem para exercer ou lutar por seus direitos; (3) colocar em primeiro plano a base *substantiva* dos direitos e necessidades humanas e a redistribuição de recursos; e (4) reconhecer os portadores dos direitos em suas identidades múltiplas e autodefiníveis, incluindo gênero, classe, orientação sexual, raça e etnicidade. (CORREA; PETCHESKY, 1996, p.155)

Segundo as autoras, para que as decisões sobre a sexualidade e reprodução sejam assumidas em liberdade e não sejam o resultado de (des)igualdades e opressões, devem-se garantir certas condições ou direitos sociais que [...] envolvem uma política de bem-estar social, segurança pessoal e liberdade política, elementos essenciais para a transformação democrática da sociedade e para a abolição de

injustiças raciais, étnicas, de gênero ou classe [...] (CORREA; PETCHESKY, 1996, p. 149-150).

A proposta é que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos sejam abordados através de quatro princípios éticos: integridade corporal (o direito a não ser alienada por sua capacidade sexual e reprodutiva e o direito à integridade de sua pessoa física); autonomia pessoal (direito à autodeterminação); igualdade (refere-se a que os benefícios sejam distribuídos em uma base justa e exige uma atitude de respeito às decisões sexuais das mulheres, por parte dos responsáveis pelas políticas públicas, evitando qualquer tipo de discriminação); e diversidade (respeito pelas diferenças) – a fim de assegurar a existência de cidadãos e cidadãs politicamente responsáveis (CORREA; PETCHESKY, 1996)

Num contexto de “desenvolvimento” e de (des)igualdade como é Suape, estes princípios éticos nos auxiliaram para pensar o trabalho em grupos e para analisar os diálogos sobre sexualidade com as/os jovens.

Desse modo, ter trabalhado em grupos tomando em consideração os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das/dos adolescentes/jovens é, primeiro, entender que “[...] com quem se pode fazer sexo, de que maneiras, em que circunstâncias e com que resultados nunca são questões simplesmente aleatórias. Tais possibilidades são definidas por regras e códigos implícitos e explícitos impostos pela cultura sexual de uma comunidade especifica [...]” (PARKER, 2000, p. 37). Então é preciso considerar o contexto sociocultural em que elas/eles convivem e transitam.

Outro ponto foi promover o diálogo e incentivar a troca de conhecimentos, experiências e inquietações que as/os adolescentes/jovens possam trazer ao grupo sobre gravidez, contracepção, negociação sexual, DST/HIV, afetos, sentimentos, prazeres, entre outros. Entendendo que tanto a gravidez como outras práticas sexuais constituem parte de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos e que suas

interações sexuais (PARKER, 2000) estão permeadas também por características e (des)igualdades da sociedade.

Ter ficado atentos às (des)igualdades de gênero, geração, raça, classe que estejam "assujeitando"[4] as/aos adolescentes/jovens em suas carreiras sexuais para levantar críticas, reflexões e outros posicionamentos mais autônomos, de igualdade e de justiça nas interações. Além disso, é importante também motivá-los a promover seus direitos sexuais e reprodutivos na produção coletiva de cartilhas, cartazes, materiais audiovisuais, entre outras tecnologias sociais[5] como o vídeo intitulado "Ação juvenil pelos direitos sexuais de todas e todas"[6] que conseguimos produzir durante as rodas de diálogos, valorizando assim sua capacidade de produzir conhecimentos (QUADROS; MENEZES, 2009)

## Conclusão

Nesta pesquisa observamos que a categoria gênero, na vivência das/dos jovens, gera desigualdades transversais. Elas perpassam os limites geracionais, onde a heteronorma define que sexualidades podem ser inteligíveis, quem pode transar, que pode desfrutar de sua sexualidade.

A mulher jovem e os grupos de jovens LGBTTI que se atreva a manifestar sua sexualidade, seus desejos e seus prazeres serão duramente criticados e pode até sofrer maus tratos. A heteronorma não permite que elas/eles sejam donas/os de seu corpo, de seus prazeres e de seu cuidado.

[4] Michel Foucault (1994) citado por Karla Galvão Adrião (2008, p.16) "usa este termo para discutir sobre a constituição dos sujeitos no mundo. O autor assinala que os indivíduos são atravessados por leis e pelo poder de forma tal que não têm a possibilidade de serem completamente livres em suas decisões, já que as mesmas prescindem de decisões sociais. Os sujeitos são, portanto, "assujeitados" em seu processo de constituição".

[5] As Tecnologias Sociais são um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas e/ou aplicadas pela interação com a população e apropriadas por ela. Representam soluções para a inclusão social e a melhoria de vida (VIVARTA, 2006).

[6] Veja-se o vídeo no site de Lab-ESHU <http://labeshu.com.br/dialogos/index.php?option=com_content&view=article&id=95:jovens-pelos-direitos-sexuais-2013&catid=18:acao-juvenil&Itemid=33>. Acessado: 11 de Outubro de 2013

As experiências apresentadas das/dos adolescentes/jovens nos permite também observar que os circuitos integrados pela família, escola, religião e posto de saúde não apoiam a sexualidade das/dos jovens, dificultando o acesso delas/deles a seus direitos sexuais e direitos reprodutivos e a sua saúde sexual e reprodutiva. Sendo um panorama mais constrangedor para as mulheres.

Desta forma, os circuitos que dizem velar pelos cuidados e pela proteção das/dos jovens terminam descuidando e, pior, violentando os direitos delas/deles, não considerando sua capacidade de serem sujeitos sexuais.

Rios (2009) assinala que a "justiça erótica" seria um caminho que possibilitaria novos acordos sociais sobre a sexualidade, que poderia promover o bem-estar de todas/todos. Não somente o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva, mas também respeitando e acolhendo outras formas do erótico, o prazer da existência.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo:* Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. f.301. Teses (Doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplina em Ciências Humanas, Florianópolis.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira. (Homo)sexualidades e gênero nos documentos oficiais da educação. In: 34º Reunião Anual da ANPED. Natal, Rio Grande do Norte, 2011.

BUTLER, Judith. Deshacer el género. Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 4° Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidades. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2004.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalinda. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-77, 1996.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomas (org.). Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2012. 22ª Impressão.

GAGNON. Jhon. H. Os roteiros e a coordenação da conduta sexual. In: GAGNON, J. H. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudado da sexualidade. Rio de Janeiro (RJ): Garamond, 2006, pp. 111-149.

NEVES, Sofia. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do 'amor confluente' ou o retorno ao mito do 'amor romântico'? Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 3, p. 609-627, 2007.

PAIVA, Vera Et al . Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. Rev. Saúde Pública, São Paulo, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (Orgs.). Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

PARKER, Richard G. Corpos e prazeres. In: Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. 3ª Edição. São Paulo: Best Seller, 1991.

QUADROS, Marion Teodósio; ADRIÃO, Karla Galvão; XAVIER, Anna Karina. Circuitos (des) integrados? relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luís Felipe. (Orgs.). Gênero, saúde e práticas profissionais. Recife: Editor Universitária UFPE, 2011. p. 73-94

RIOS, Luís Felipe. Homossexualidade no plural dos gêneros: reflexões para incrementar o debate sobre diversidade sexual nas escolas. In: Parry Scott, Liana Lewis e Marion Quadros. (Org.). Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Recife: Editora da UFPE, 2009, p. 97-116.

RIOS, Luís Felipe et al. Os cuidados com a "carne" na socialização sexual dos jovens. Psicol. estud., Maringá, v. 13, n. 4, dez. 2008.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010. 133 p.

TAQUETTE, Stella R.; VILHENA, Marília Mello de. Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. Psicologia em estudo, Maringá, v. 13, n. 1, março 2008.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência. ***Psicologia & Sociedade***, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004.

VILELA, Wilza Vieira; DORETO, Daniella Tech. Sobre a experiência sexual dos jovens. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(11):2467-2472, novembro, 2006